

Dimas Antônio Gonçalves Fagundes Reis

A RESCISÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA A PARTIR DO SISTEMA DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Prefácio

Vinicius Gomes de Vasconcellos

Área específica

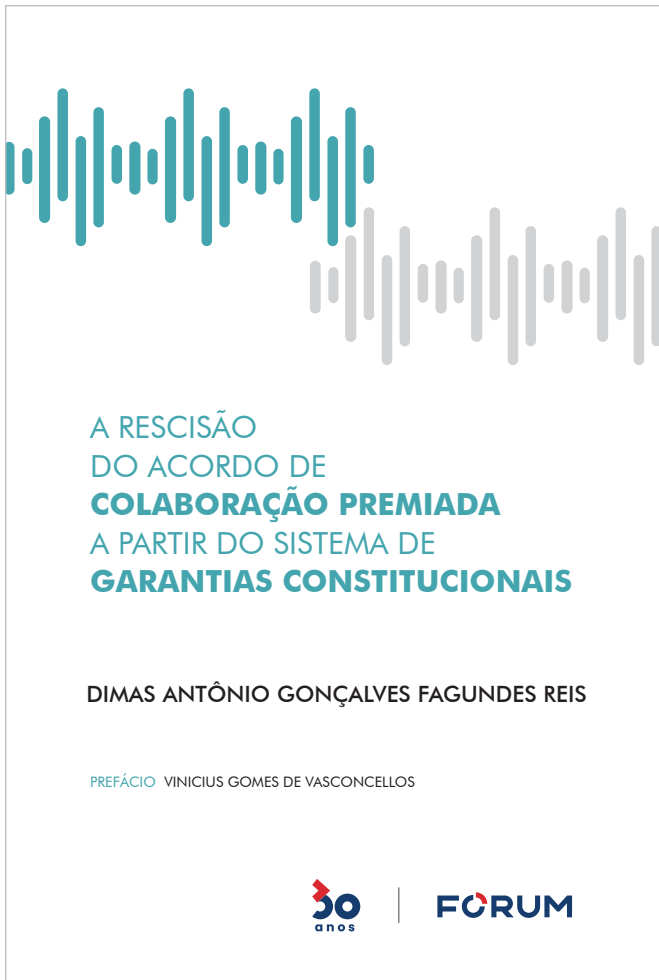
DIREITO PROCESSUAL PENAL.

Áreas afins

DDIREITO PROCESSUAL PENAL,
CONSTITUCIONAL, DIREITO PENAL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10003254



A RESCISÃO
DO ACORDO DE
COLABORAÇÃO PREMIADA
A PARTIR DO SISTEMA DE
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

DIMAS ANTÔNIO GONÇALVES FAGUNDES REIS

PREFÁCIO VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS



FORUM

São tímidas as previsões legislativas sobre a rescisão do acordo de colaboração premiada, em especial de suas hipóteses, procedimento e efeitos. Esse cenário gera dúvidas na aplicação do instituto e, principalmente, abre brecha para soluções consensuais à margem da ordem constitucional. Em decorrência disso, como exemplo, verificam-se a estipulação de hipóteses rescisórias genéricas; as ausências de critérios constitucionais que embasem a rescisão e do devido controle judicial que assegure o contraditório na aferição da rescisão. Desse modo, o livro busca fazer um diagnóstico das lacunas normativas existentes sobre o tema, de modo a apontar os tensionamentos gerados com as garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal e apresentar soluções, incluindo a elaboração de uma proposta legislativa para o preenchimento desses vazios, a partir de uma interpretação dos princípios da presunção de inocência, do contraditório e da inafastabilidade da tutela jurisdicional.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R375r Reis, Dimas Antônio Gonçalves Fagundes
 A rescisão do acordo de colaboração premiada a partir do sistema de garantias
 constitucionais / Dimas Antônio Gonçalves Fagundes Reis. - Belo Horizonte : Fórum,
 2022.
 132 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

 Inclui bibliografia e apêndice.
 ISBN: 978-65-5518-396-2

 1. Direito. 2. Direito Processual Penal. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Penal.
 I. Título.

2022-1332

CDD: 341.43

CDU: 343.1

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REIS, Dimas Antônio Gonçalves Fagundes. *A rescisão do acordo de colaboração premiada a partir do sistema de garantias constitucionais*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 132 p. ISBN 978-65-5518-396-2.

Dimas Antônio Gonçalves Fagundes Reis

Advogado. Doutorando e Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

PREFÁCIO	
Vinicius Gomes de Vasconcellos	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
PREMISSA GERAL: O SISTEMA DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEL À RESCISÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	21
1.1 Limitações constitucionais para a expansão da justiça criminal negocial no Brasil.....	23
1.2 A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais a partir de uma atividade hermenêutica concretizadora.....	31
1.3 A presunção de inocência, o contraditório e a reserva de jurisdição como garantias fundamentais do colaborador e do delatado.....	41
1.4 Síntese do capítulo.....	48
CAPÍTULO 2	
A RESCISÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	51
2.1 Distinções conceituais: rescisão, retratação e anulação.....	52
2.2 Hipóteses de rescisão antes da Lei nº 13.964/2019	60
2.3 A rescisão do acordo de colaboração premiada a partir da Lei nº 13.964/2019 e os riscos de violação à presunção de inocência nas hipóteses de rescisão	64
2.3.1 Omissão dolosa e potencial conhecimento da ilicitude	66
2.3.2 Reiteração delitiva do colaborador	72
2.4 Apontamentos sobre o procedimento de acordo com o contraditório, a jurisdicionalidade e a presunção de inocência..	75
2.5 Rescisão e repactuação: entre o descumprimento e o cumprimento parcial do acordo de colaboração premiada.....	86
2.6 Efeitos probatórios da rescisão em face do colaborador e do delatado.....	91
2.7 A rescisão do acordo de colaboração premiada causada por atuação estatal	95
2.8 Síntese do capítulo: apontamentos das omissões normativas e proposta de soluções interpretativas	97
CAPÍTULO 3	
VAZIOS NORMATIVOS E A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DOS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO	99
3.1 A necessidade de atuação do Poder Judiciário para o preenchimento das omissões legislativas sobre a rescisão do acordo de colaboração premiada.....	100
3.2 Cláusulas rescisórias não previstas em lei	102
3.3 Apresentação de proposta legislativa.....	112
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE – PROPOSTA LEGISLATIVA	129